

AGENDA A3P: ESTUDO DE CASO DA IMPLANTAÇÃO EM UMA REPARTIÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DE MATO GROSSO

Raul Alves Arruda Santos (*), Marcelo Ednan Lopes da Costa

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, campus Cuiabá – Bela Vista. E-mail: raulsantos@sejudh.mt.gov.br.

RESUMO

Diante da globalização, o mundo está se deteriorando cada vez mais rápido do que o esperado e isso se deve, em maior parte, ao consumismo humano. Os governantes têm trabalhado métodos de estimular a sociedade e seus servidores a terem uma iniciativa mais sócioambientalista. Um de seus projetos é a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), que tem como finalidade criar em seus agentes o simples hábito de preservar os recursos naturais. Este programa foi implantado em uma Secretaria do Estado de Mato Grosso na data de 24 de fevereiro de 2016. O objetivo deste trabalho é analisar quais foram os resultados obtidos na Secretaria a partir do momento em que o projeto foi implantado. A pesquisa consistiu numa análise dos dados obtidos a partir de reuniões e atas referentes ao programa e um questionário com perguntas sobre o programa feito com os membros do Conselho Gestor. Ao final, concluiu-se que o projeto manteve ativo somente por quatro meses e foi desabilitado pela falta de pessoas para executar as etapas seguintes, devido as demandas profissionais individuais de cada servidor, perante a real importância que se deve dar ao projeto da agenda e a utilização de seus dados.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade socioambiental, Administração pública, Economicidade dos recursos naturais, Sistema de Gestão Ambiental, Meio ambiente.

INTRODUÇÃO

Os recursos naturais estão cada vez mais escassos. Existem inúmeros projetos a fim de conscientizar a população mundial do grave problema que nos circunda. Porém, acredita-se que a melhor forma de ensinar é dando exemplo, ou seja, para que a sociedade, o cidadão e até mesmo empresários mudem de atitude, o exemplo precisa partir do Governo. O Estado precisa ser responsável pelos resíduos que são gerados a partir dos serviços realizados por seus órgãos. Os impactos gerados pela atividade pública governamental devem ser passíveis de gestão.

A intensidade de utilização dos recursos naturais, muitas vezes superiores à capacidade com que o meio ambiente se regenera, o consumo exagerado, o desperdício generalizado, consequentes da industrialização e da sociedade capitalista, tem posto em risco a sobrevivência das gerações futuras. Após sequentes desastres ambientais causados pela degradação da natureza, países do mundo todo tiveram a percepção de que os recursos naturais estão se esgotando, e passaram a repensar os critérios de desenvolvimento econômico pautados na exploração dos recursos naturais (LUIZ et al., 2013).

A Agenda 21 é um documento consensual que projeta programas de ação para construir sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Seguindo os princípios da Agenda 21 Global, os países estão desenvolvendo as Agendas Locais com base nas prioridades de cada região. Foi o que ocorreu no Brasil, que no ano de 2002, desenvolveu a Agenda 21 Brasileira, a qual vem integrando os Planos Plurianuais do Governo Federal (PPA) desde 2004 (LUIZ et al., 2013).

Diante deste panorama, este trabalho tem como objetivo analisar quais foram os resultados obtidos em uma repartição pública (Secretaria) de Mato Grosso durante a implantação e cumprimento do Programa da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

MATERIAL E MÉTODOS

Área de estudos e fonte dos dados

Este trabalho foi realizado em uma Secretaria do Estado de Mato Grosso, que possui várias repartições ao longo de todo o Estado, compreendendo um complexo organizacional de grande porte. Para tanto, a metodologia utilizada teve

como base a pesquisa bibliográfica, a busca de teoria sobre o assunto proposto com consulta a livros, artigos e documentos diversos, além de busca de dados que ocorreram desde a implantação do projeto até a atualidade.

Para auxiliar a pesquisa, foi elaborado um questionário, o qual foi aplicado aos membros que fizeram parte da Comissão de implantação da Agenda A3P. O questionário foi enviado por e-mail aos membros, que totalizaram 12 (doze) pessoas. A pesquisa foi realizada no mês de abril de 2017.

Passos para implantação da Agenda A3P

Conforme cita o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2009), a implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública demanda comprometimento institucional, coletivo e individual e o processo de implantação é realizado em cinco passos, descritos abaixo:

- **1º PASSO: Criar a Comissão gestora da A3P**

A Comissão ficará encarregada de sensibilizar os gestores sobre a importância da implementação do programa e deverá planejar, executar e monitorar as ações da Agenda. Recomenda-se que a Comissão possua entre 5 e 10 membros, contemplando, sempre que possível, representantes de todas as áreas da instituição. A Comissão deve ser institucionalizada por meio de instrumento legal pertinente, como Portaria ou Instrução Normativa.

- **2º PASSO: Elaborar diagnóstico**

Depois de formada a Comissão, é necessário que haja um levantamento de dados da situação socioambiental da instituição. Esse processo é imprescindível no direcionamento das medidas, pois estas serão adotadas de acordo com as necessidades diagnosticadas. O diagnóstico deve ser baseado nos Eixos da A3P, isto é: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; contratações sustentáveis e construções sustentáveis.

- **3º PASSO: Elaborar o Plano de Gestão Socioambiental (PGS)**

Tomando o diagnóstico como base, é hora de definir as atividades e projetos prioritários para a implantação da A3P na instituição. O Plano de Gestão deve conter as ações, os objetivos e as metas, bem como os recursos físicos e financeiros necessários e disponíveis. O PGS também deve organizar um cronograma de execução coerente, adequando as ações às metas pré-estabelecidas, além de definir os indicadores para acompanhamento e aprimoramento das atividades, sempre de acordo com a realidade institucional previamente diagnosticada.

- **4º PASSO: Mobilizar e sensibilizar**

Mobilização e sensibilização são processos contínuos que envolvem o desenvolvimento de competências institucionais e individuais, que deverão ser amparadas e encorajadas pela Comissão Gestora. Para execução desta etapa, a Comissão Gestora deverá desenvolver um Plano de Sensibilização que contenha as ações a serem implementadas, tais como campanhas, cursos, treinamentos, publicações de material educativo, entre outros; e também as estratégias de comunicação entre os diferentes setores (cartazes, adesivos, etc).

- **5º PASSO: Avaliação e monitoramento**

A Comissão Gestora deverá construir um sistema de avaliação pensado para verificar o desempenho das ações, identificar falhas e desenvolver novas abordagens para as atividades que não atingirem os resultados esperados: por isso é importante definir indicadores que mensurem os avanços alcançados.

Os indicadores são ferramentas essenciais no processo de planejamento e monitoramento. Eles são fundamentais no fornecimento de informações em alto nível de especificidade, que aprimoram o conhecimento acerca da realidade da instituição e possibilitam a construção de subsídios que permitem a formulação de políticas públicas para as diferentes instâncias ligadas à gestão ambiental.

RESULTADOS

A Secretaria deu início ao processo de implantação da A3P na data de 24/02/2016 dando uma sequência de implementação até o 21/06/2017. No presente momento, o projeto encontra-se inativo, que segundo a Comissão de implantação, deu-se pela falta de pessoas para executar as etapas seguintes.

Com relação ao questionário aplicado aos membros da Comissão, algumas das informações estão descritas abaixo. Entre as questões, estavam as que buscavam o conhecimento sobre gestão ambiental. Entre as respostas (Figura 1), observou-se que, 42% entendem que gestão ambiental é consumo racional dos recursos naturais e 41% entendem que gestão ambiental é a gestão de resíduos gerados, outros a entendem como uma ferramenta administrativa (17%).

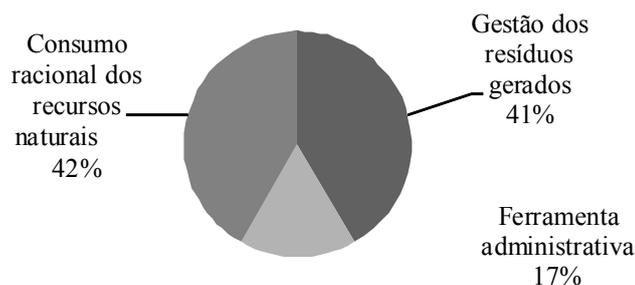


Figura 1: O que você entende por gestão ambiental? Fonte: Resultados da pesquisa.

De acordo com Bruns (2017), a Gestão Ambiental visa ordenar as atividades humanas para que estas originem o menor impacto possível sobre o meio. Esta organização vai desde a escolha das melhores técnicas até o cumprimento da legislação e a alocação correta de recursos humanos e financeiros.

Em relação à importância da gestão ambiental em órgãos públicos (Figura 2), 41% entendem a gestão como uma ferramenta que auxilia o desenvolvimento sustentável; 25% acreditam que otimiza a utilização dos recursos naturais.

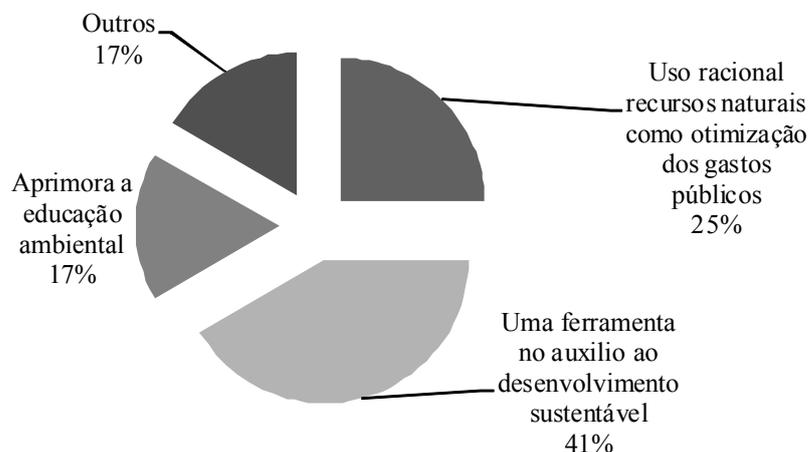


Figura 2: Qual a importância da gestão ambiental nos órgãos públicos? Fonte: Resultados da pesquisa.

Segundo Quintas (2004), no Brasil, o Poder Público, como principal mediador deste processo, é detentor de poderes estabelecidos na legislação que lhe permitem promover desde o ordenamento e controle do uso dos recursos ambientais, inclusive articulando instrumentos de comando e controle com instrumentos econômicos, até a reparação e mesmo a prisão de indivíduos responsabilizados pela prática de danos ambientais.

Ainda, conforme o autor, neste sentido, o Poder Público estabelece padrões de qualidade ambiental, avalia impactos ambientais, licencia e revisa atividades efetivas e potencialmente poluidoras, disciplina a ocupação do território e o uso de recursos naturais, cria e gerencia áreas protegidas, obriga a recuperação do dano ambiental pelo agente causador, e

promove o monitoramento, a fiscalização, a pesquisa, a educação ambiental e outras ações necessárias ao cumprimento da sua função mediadora.

Com relação ao impacto da gestão ambiental nas atividades da Secretaria, a figura 3, apresenta as respostas dos entrevistados. Assim, ficaram distribuídas da seguinte maneira: 50% dos entrevistados disseram perceber que a destinação correta dos resíduos é um impacto da gestão ambiental; 17% disseram que o impacto é mais percebido na redução do consumo de energia elétrica; seguidos por redução no consumo de água (8%); redução do uso de copos descartáveis (8%).

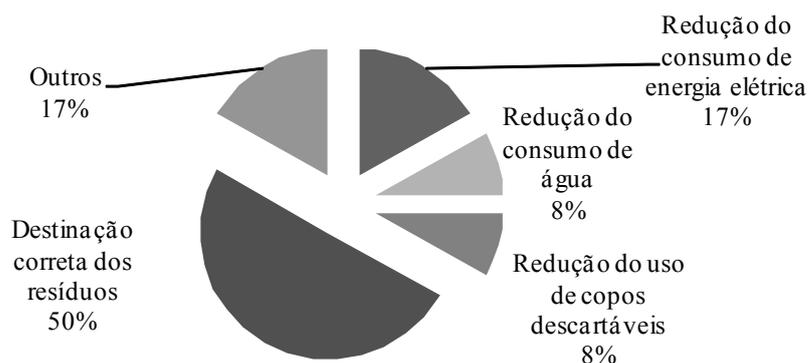


Figura 3: Como você percebe o impacto dessa gestão ambiental na Secretaria? Fonte: Resultados da pesquisa.

Uma parte significativa dos resíduos é gerada pela administração pública na realização de suas atividades. Entre os resíduos produzidos em maiores quantidades encontram-se: papéis, plásticos, cartuchos e tonners, lâmpadas fluorescentes, lixo eletrônico e, em menor quantidade, vidros e metais, além de pilhas e baterias (MMA, 2009).

No que diz respeito à destinação dos resíduos no Brasil, nos últimos anos, também houve uma significativa melhoria da situação, mas ainda há muito a ser feito. Nesse sentido, é muito importante que os órgãos públicos definam e adotem mecanismos para destinação adequada dos resíduos gerados, aproveitando para promover a internalização do conceito dos 5Rs (Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar e Reciclar) nos mais diversos órgãos e instituições da administração pública (MMA, 2009).

Quanto à viabilidade da implantação do projeto da agenda (A3P) na Secretaria (figura 4), as respostas apontaram que: 50% disseram que poderia se criar um projeto próprio de gestão ambiental; 34% responderam que seria imprescindível a implantação total do projeto de agenda A3P; 8% entendem que deveria ficar a cargo da unidade escolher a melhor forma e 8% escolheram respostas diversas.

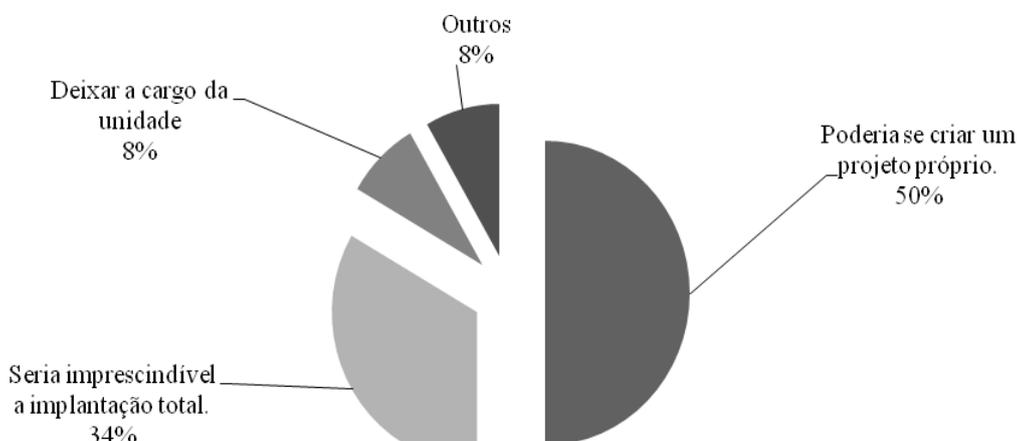


Figura 4: Como você percebe a viabilidade da implantação total do projeto da agenda (A3P) na Secretaria? Fonte: Resultados da pesquisa.

Nas atividades de planejamento estratégico, Donaire (1999) ressalta que esta área "deverá avaliar o ambiente externo procurando identificar no que diz respeito às questões ecológicas, as oportunidades e os riscos existentes na legislação ambiental, no nível de consciência dos consumidores e da sociedade como um todo, no que está sendo feito pela indústria a que a empresa pertence, no comportamento dos concorrentes e no avanço tecnológico nesse campo". A partir daí, caberá a esta área analisar os pontos fortes e fracos da organização, de forma a adequá-los aos objetivos estabelecidos.

Conforme cita o MMA (2009), a Administração Pública, como grande consumidora de bens e serviços, como cumpridora responsável das políticas públicas e com o poder de compra que possui por meio das licitações, precisa dar o exemplo das boas práticas nas atividades que lhe cabem.

CONCLUSÕES

Este trabalho acompanhou a experiência de adesão ao projeto da Agenda A3P da Administração Pública do Ministério do Meio Ambiente em uma Secretaria do Estado de Mato Grosso. Seguindo o roteiro de implantação da Agenda A3P, foi criada a comissão de implantação do Projeto. O governo é executor da política ambiental para a sociedade, mas também gerador de impactos advindos de suas atividades. É de extrema importância que o governo adote políticas ambientais internas, coerentes com a demanda social por políticas ambientais que facilitem a sustentabilidade ambiental.

Para isso é necessário que os gestores enxerguem projetos como o da agenda A3P da Administração Pública, não só como ferramentas administrativas que facilitam o tratamento e a solução de problemas recorrentes do ambiente de trabalho, tais como o consumo dos recursos naturais, a destinação correta de resíduos, a melhoria das condições de trabalho e aquisição sustentável de bens e serviços, mas também, como uma oportunidade de mudança, da estrutura organizacional dos entes da administração pública, internalizando os princípios difundidos pelo Projeto da Agenda A3P, criando gerências de gestão ambiental e colocando servidores a serviço da gestão ambiental responsáveis por assuntos relacionados à questão ambiental de forma definitiva e perene.

Prestar, apenas, os serviços básicos que a sociedade exige, não é mais o suficiente. Tem que ser feito de maneira sustentável com o menor impacto possível e fomentando a criação de uma cadeia econômica de consumo sustentável com produtos que tenham sua origem certificada e os impactos de sua produção controlados. Para tanto, é imprescindível que projetos, como a A3P possam ser de fato implementados e passe a ter um ciclo de vida contínuo, não caindo no esquecimento e nas ações pontuais. A Agenda deve ser eficiente e seus mecanismos devem ser eficazes o suficiente para, conscientizar a população sobre nossos impactos com relação ao meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRUNS, G. B. **Afinal, o que é Gestão Ambiental?** Disponível em: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/gestao/artigos/afinal%2C_o_que_e_gestao_ambiental%3F.html. Acesso: 18 junho de 2017.
2. DONAIRE, D. **Gestão Ambiental na Empresa**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
3. LUIZ, L. C.; RAU, K.; FREITAS, C. L.; PFITSCHER, E. D. Agenda ambiental na administração pública (A3P) e práticas de sustentabilidade: estudo aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 5, n. 2, p. 54-62, abr/jun. 2013.
4. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda Ambiental na Administração Pública**. 5ª ed. Brasília, 2009.
5. QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: LAYRARGUES P. P. (Coord.). **Identities da educação ambiental brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.